



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679602 - SP (2021/0216519-0)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAPHAEL CAMARÃO TREVIZAN - AC004256  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WAGNER APPARECIDO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WAGNER APPARECIDO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2141463-61.2021.8.26.0000).

O paciente, condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, formulou, por meio de sua defesa, pedido de progressão de regime. O juízo singular determinou a realização de exame criminológico, razão pela qual, contra essa decisão, a defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela 3ª Câmara de Direito Criminal do TJSP.

A impetrante sustenta, no presente *habeas corpus*, constrangimento ilegal, ao argumento de que “deve ser reformada a decisão atacada para afastar a realização do exame criminológico e conceder desde já a progressão de regime a que o paciente faz jus” (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para afastar a realização do exame criminológico e deferir a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente